

LEVANTAMO-NOS

*We stand up for the basic rights of humanity**

Thomas A. Mitschein

* ***Levantamo-nos Pelos Direitos Básicos de Toda a Humanidade.*** Grito de afro-americanos que protestaram contra o assassinato de George Floyd, em julho de 2020, em Minneapolis/EUA.

O assassinato de George Floyd em julho de 2020, nos Estados Unidos (EUA) consolidou a impressão de que, no maior polo do capitalismo ocidental, o respeito aos direitos humanos está longe de ser garantido.

Diante desta realidade é pertinente lembrar que liberdade e igualdade - os lemas políticos dos revolucionários americanos e franceses no final do século XVIII - não se dirigiam ao gênero humano como um todo, mas, sim, aos possuidores de mercadorias da nascente sociedade burguesa. Além disso, mesmo após a subsunção do capital mercantil ao capital industrial, começava a se consolidar no Mundo Novo uma *segunda escravidão* (Blackburn2016), que encontrou a sua base econômica na ampliação da demanda das classes médias e trabalhadoras nos centros do capitalismo mundial por bens de consumo, produzidos a partir do algodão, da cana de açúcar e do café. (Tomich 2016).

Certamente, pode-se alegar que, nos Estados Unidos, a guerra civil entre o Norte o Sul mostrou a vontade de políticos de destaque, como Abraham Lincoln (1809 - 1865), de não abrir mão da convicção de que os negros, como todos os seres humanos, possuíam direitos naturais. Desta maneira, se opunham à possibilidade dos EUA, em vez de cultivarem sua narrativa sobre o império da liberdade, pudessem degenerar num império da escravidão. Contudo, por mais que o confronto militar durante a guerra civil no período de 1861-1865 tenha sido extremamente sangrento, podendo ser considerado como “a primeira ‘guerra total’ industrializada” (Kennedy 1989, p. 177), na realidade foi conduzido num país onde os protagonistas da abolição compartilhavam a ideia da suposta inferioridade inata dos negros, submetendo-os depois de 1877, em nível estadual, no *deep South*, a regimes governamentais abertamente racistas. Regimes, aliás, que, no âmbito nacional, foram desafiados somente nos anos 60 do século XX, através de movimentos políticos que giravam em torno de lideranças como Martin Luther King (1929 – 1968) ou Malcolm X(1929 – 1965).

De qualquer maneira, os vestígios desse racismo continuam enraizados literalmente nos poros de uma sociedade norte-americana em que os *people of colour* sofrem extraordinária violência, por parte das instâncias de segurança.

II

Ao defender que todo o ser humano dispõe de direitos naturais que superam qualquer direito positivo, o Iluminismo ascendeu uma luz à liberdade que não passou despercebida nas Índias Ocidentais, cuja história colonial era determinada pela plantação da cana de açúcar e pela escravidão do negro.

Faz parte desta história o fato de que, dois anos após a queda da Bastilha em Paris, os escravos de Santo Domingo se levantassem contra um regime de coerção que transformara este território caribenho na pérola do império francês, uma vez que sua oferta de açúcar para o mercado mundial ultrapassava à de todas as colônias britânicas das Ilhas Antilhanas (Moya Pons 2001).

Ilustraremos a dimensão dramática desta luta de libertação dos “jacobinos negros” (James 2000) através de uma rápida referência ao seu líder principal Toussaint L’Ouverture (1743 – 1803).

Escravo até os 43 anos de idade, Toussaint se revelou brilhante estrategista político, aproveitando, com astúcia, da intensa disputa entre os protagonistas dos estados europeus envolvidos na exploração desta parte do seu espaço ultramarino. Num primeiro momento, tornou-se aliado da aristocracia espanhola que, diante da revolta dos escravos, apostou na reintegração da parte francesa da Ilha ao seu império colonial.

Mas, em abril de 1793, quando os dois recém-chegados delegados do Diretório governamental de Paris decretaram, em Santo Domingo, o fim da escravidão - procurando atrair, desta maneira, os sublevados negros para a luta contra a invasão dos ingleses, e estes, por sua vez decididos a se apropriar da então mais próspera colônia da França - Toussaint não se deixou envolver pela proposta. Duvidando da

sinceridade do Diretório francês, vislumbrou que os governos europeus "não se deram ao trabalho de esconder que, em última instância, o negro só poderia esperar o chicote do feitor ou a baioneta" (ibid. p. 136).

Contudo, depois da ratificação do decreto da abolição pela Convenção francesa, em janeiro de 1794, Toussaint juntou-se às forças republicanas, consolidando a formação de um exército local, constituído, primordialmente, por soldados nascidos na África que obedeciam às ordens de comandantes que, em sua maioria, eram antigos escravos.

De qualquer maneira, dispunha de uma força armada que, organizada em torno da guerra contra o cativo, estava bem treinada militarmente, logrando expulsar, em 1798, as tropas britânicas da Ilha¹.

Toussaint passava a reorganizar a colônia - rejeitando a insinuação inglesa de que a Grã Bretanha pudesse apoiar um Santo Domingo politicamente independente. Determinava a regularização das atividades no setor primário nos seguintes termos: 50% dos resultados da produção entrariam integralmente no tesouro público, a metade restante seria dividida em partes iguais entre a mão de obra utilizada e os proprietários das unidades produtivas. Estabelecia relações comerciais com os Estados Unidos, e proclamava, em 1801, uma Constituição que decretava a abolição definitiva da escravidão, procurando estabelecer uma cooperação fraternal com a França da Grande Revolução, dando à ela "o papel de irmã mais velha, guia e mentora". (ibid. p. 242). Entretanto, por mais que esta visão tenha gerado efeitos palpáveis no âmbito da

¹ Uma impressão da valentia combativa dos africanos em sua guerra contra as tropas colonialistas da *grande nação* transmite o seguinte relatório de um oficial do exército francês. (cit. in: James 2000, p. 333, 334): "Mas que homens são esses negros! Como lutam! E como morrem! É preciso guerrear contra eles para conhecer a sua coragem temerária em arrostar o perigo quando já não podem mais recorrer a estratégias. Vi uma sólida coluna, despedaçada pela metralha de quatro tiros de canhão, avançar sem retroceder nenhum passo." Quanto mais companheiros caíam, maior que parecia a coragem dos que restavam. Avançavam cantando, pois os negros cantam o tempo todo, fazem músicas para todas as coisas. Aquela era uma canção de homens bravos, e dizia o seguinte:

Ao ataque, granadeiro,
Quem morrer, problema seu.
Esqueça a mãe,
Esqueça o pai,

sociedade local, uma vez que, no auge da liderança de Toussaint, os conflitos entre brancos e negros estavam sob controle e as atividades na agricultura tinham sido recuperadas notavelmente. Ela não rimava nem minimamente com a ansiedade do governo francês pela retomada do fluxo dos fabulosos lucros da produção açucareira para os cofres da Pátria-Madrasta. Decidido a resolver este problema de uma vez para todas, Bonaparte, no final de 1801, resolveu mandar uma Grande Armada para reintroduzir o cativo em Santo Domingo. Enganado pelos oficiais do exército da “Grande Nação”, Toussaint acabou sendo aprisionado e levado para a França, onde, em virtude de “maus tratos, frio e fome” (ibid. 329), morreu poucos meses antes da estrondosa derrota que Jean Jacques Dessalines (1758 – 1806) e o seu exército de libertação impuseram aos invasores franceses, criando, em 1º de janeiro de 1804, com a República do Haiti, o primeiro Estado independente da América Latina.

Em sua abordagem sobre o final de Toussaint, o historiador caribenho C. L. R. James (ibid. p. 264, 265) focaliza o dilema que inquietava o líder dos jacobinos negros nos seguintes termos:

“Toussaint era um homem íntegro. O homem em quem se havia transformada pela Revolução Francesa exigia que fosse mantida a relação com a França da liberdade, da igualdade, da fraternidade e da abolição da escravidão, indiscutivelmente. O significado da França revolucionária estava sempre em seus lábios, em suas declarações públicas, em sua correspondência e na intimidade espontânea de suas conversas particulares. Era o mais alto estado de existência social que ele podia imaginar. Não era apenas a estrutura de sua mente. Ninguém à sua volta, além dele, tinha tanta consciência da necessidade prática de resolver o problema do atraso social e das primitivas condições de vida. (...) Sua atitude irreal para com os antigos senhores, na sua pátria e fora dela, não provinha de um humanitarismo ou de uma lealdade abstrata, mas do reconhecimento de que apenas eles tinham o que a sociedade de Santo Domingo precisava. Ele pensava que poderia manipulá-los. Talvez pudesse mesmo tê-lo feito. (...) Se estava convencido de que Santo Domingo decairia sem as vantagens da conexão francesa, também estava certo de que a escravidão jamais poderia ser restaurada. Entre estas duas certezas, ele, em quem a visão penetrante e a decisão rápida passaram a ser uma segunda natureza, tornar-se-ia a personificação do vacilo. Foi a fidelidade à Revolução Francesa (...) que o tornou o que ele era. Mas isso acabou por arruiná-lo no final. Talvez a sua expectativa de obter mais do que a liberdade pura e simples tenha sido demais para a época. Dessalines se satisfazia apenas com isso. (...) Toussaint tentava o impossível, aquele impossível que para ele era a única realidade que importava.”

Neste sentido, a morte trágica de Toussaint antecipava um dilema que se repetiria para todos os movimentos de libertação na periferia do mercado mundial de forma bastante clara: **se os avanços civilizatórios estão concentrados nos polos do capitalismo ocidental, como se apropriar deles em benefício da nação, depois da ruptura com o regime colonial?**

III

Inserida pelo imperialismo ibérico no ascendente sistema político-econômico internacional do século XVI como *colônia de exploração*, a América Latina acabou alcançando a sua independência política nas primeiras três décadas do século XIX. No âmbito dos seus Estados recém-criados se consolidavam regimes oligárquicos que fortaleciam a integração de seus países na divisão internacional de trabalho como fornecedores de matérias primas do setor mineral ou da agricultura tropical e tratavam as massas populares, sobretudo as de origem indígena e africana, como responsáveis pelos problemas sociais e econômicos das novas repúblicas. Enfim, regimes que pouco se importavam com os direitos naturais do homem, lema levantado, também, nos discursos das elites crioulas que lideravam as lutas contra a Espanha colonialista.

Face a tal cenário, vale a pena dar uma atenção especial ao México que, sete anos antes do outubro vermelho na Rússia, entrou numa fase revolucionária com claros impulsos igualitários. Esta singularidade mexicana se desdobra como consequência de uma série de turbulências altamente dramáticas que o país vivenciou durante as primeiras décadas após sua independência, alcançada em 1821.

Perdeu em 1848, como resultado da guerra com os EUA, a metade (2 milhões de km²) do seu território nacional. Adotou em 1857 uma constituição liberal que, dirigida contra a íntima ligação entre a classe fundiária e o poder do estado, suscitou uma guerra civil. Esta, por sua vez, terminou com a vitória das forças republicanas e o fuzilamento do arquiduque Fernando Maximiliano de Habsburgo (1832 – 1867) que, com o apoio da França de Napoleão III (1808 – 1873), tinha se tornado Imperador do México.

No período de 1867 a 1910, influenciado fundamentalmente pelos mandatos presidenciais de Porfírio Dias (1830 – 1915), foi implementada uma expressiva centralização do poder do governo federal que montou uma aliança política entre a aristocracia latifundiária, complementada por um segmento de agricultura de exportação, capitalistas externos que investiram em infraestrutura, como na ampliação da rede de trens e um diferenciado setor de produtores industriais e comerciais. De qualquer maneira, promoveu-se nesta época um processo de modernização, enfeitado ideologicamente pelos axiomas de um positivismo que estava separado por distâncias oceânicas da realidade mexicana.

“Com a introdução da filosofia positivista - realça Octavio Paz (1970, p. 133, tradução T.M.) - a nação cortou as últimas ligações com o passado. (...) A reforma negou a tradição e ofereceu uma ideia geral do homem. Contudo, o positivismo não podia nos oferecer literalmente nada. Pelo contrário, ele revelou a nudez clara das ideias liberais: um conjunto de palavras bonitas sem utilidade qualquer. A ideia da reforma, o seu grande plano histórico, pelo qual o México deveria se encontrar como nação através de certos valores universais, não passou de sonho e de utopia. Os seus princípios e as suas leis se transformaram numa armadura rígida que afogou a nossa autenticidade e mutilou a nossa essência.”

Foi justamente neste ambiente político-social, onde a revolução de 1910 acabou ganhando espaço. Incentivada pela *fome* por terra por parte do campesinato, ela gerou no campo político-militar, com Emiliano Zapata, (1879 – 1919) uma liderança que lançou com o Plano Ayala um referencial de reforma agrária, baseada no passado indígena, em sua qualidade de “cerne mais antigo, mais estável e mais durável cerne da nação” (ibid. p. 143).

Assassinado em 1919 por mando das forças governamentais, Zapata se tornou líder (quase) mítico da história mexicana. Vivo até hoje na consciência das classes subalternas do país, o seu legado não estava apenas presente na época das reformas de Lázaro Cárdenas (1895 – 1970) - que levaram à expropriação de uma grande parte das fazendas controladoras das áreas rurais e garantiram, ainda, uma expansão considerável dos *ejidos* enquanto propriedades comunitárias na tradição indígena.

Na última década do século XX, se manifestava, também, pelas atividades do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) que, na madrugada de 1º de janeiro de 1994, dia da celebração do NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), tomou militarmente 07 cidades em Chiapas, sem atacar civis, transmitindo para a população esquecida do México um sonoro grito de “Ya basta”. Vale lembrar que as iniciativas do ELZN foram de suma importância para uma esquerda internacional que, após a *Queda do Muro de Berlim*, estava bastante desorientada diante do fato de que a crença neoliberal *There is no alternative* (TINA) estava tomando conta das políticas governamentais em qualquer lugar desta assim chamada vila global. Além disso, pela sua postura ante-dogmática, o zapatismo deu uma contribuição enorme para a abertura do debate daqueles movimentos sociais que se juntaram em torno do lema “Um Novo Mundo É Possível”. Ou, como disse o subcomandante Marcos, porta voz do ELZN, em entrevista em 1996:

“O zapatismo não é uma nova doutrina ou ideologia, nem uma bandeira que substitua o comunismo, o capitalismo ou a socialdemocracia. Nem chega a ter um corpo teórico acabado. Somos escorregadios para definições. Escapamos dos esquemas. O zapatismo é um sintoma do que está ocorrendo no mundo, algo maior e mais geral, que em cada continente aparece de uma forma. Em cada lugar esta rebeldia apresenta formas e reivindicações próprias. Por isso dizemos que as rebeliões pelo mundo afora têm muito do zapatismo.”

IV

“A história tomou um rumo tão estranho. Pariu, em 1918, duas partes separadas do socialismo, uma ao lado da outra, como dois pintos em baixo da chocadeira do imperialismo internacional. A Alemanha e a Rússia personificam exemplarmente as condições da realização material do socialismo, a primeira em termos econômicos e técnicos e a segunda do ponto de vista de sua condição política.”

No entanto, este diagnóstico de Lenin (1878 – 1924) (cit. in Bahro: 1977, p. 117, tradução T.M.) não gerou os resultados esperados. Não veio o ansiado deslocamento do centro da revolução de Moscou para Berlim e sim a guerra civil que, depois da

vitória do recém-montado exército vermelho sobre os guardas brancos e os seus 14 aliados da *Entente*, colocou o país de joelhos em termos econômicos: no início de 1921, “a renda nacional russa era de apenas um terço de sua renda de 1913.” (Deutscher 2005, p. 200)

Diante desta regressão econômica, o governo soviético introduzia em 1921 com a Nova Política Econômica (N.P.E.) um conjunto de diretrizes que acabava com as requisições do produto excedente dos camponeses, praticadas pelas instâncias do Estado durante o assim chamado *Comunismo de Guerra*, abria canais de troca livre entre campo e cidade, privatizava empresas industriais e comerciais de pequeno e médio porte, oferecia concessões a empresas estrangeiras para investimentos produtivos e priorizava a melhoria das condições de (re)produção do campesinato.

Mas, da mesma maneira em que visava adaptar um país socioeconomicamente esgotado ao recuo das esperanças revolucionárias na Europa Ocidental, colocava na mesa a perspectiva histórica da iniciativa revolucionária bolchevique diante do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas da Rússia. Uma questão, levantada pelo próprio Lenin (1970, p. 868,869, tradução e destaques T.M.) em março de 1923, poucos meses antes de sua morte, nos seguintes termos:

“Será que um povo que entrou numa situação revolucionária, uma situação que surgiu na primeira guerra imperialista, será que este povo, devido à falta de perspectivas do seu futuro, **não poderia se jogar numa luta para conquistar condições não-comuns que sirvam de base para os seus avanços civilizatórios.** (...)Porque não pensar que a completa falta de perspectivas da nossa situação que, aliás, multiplicou as forças dos operários e dos camponeses, abrirá a possibilidade de desenvolver **uma via de transição para a criação dos fundamentos básicos da civilização que difere dos caminhos de todos os outros Estados da Europa ocidental?** Se para a constituição do socialismo um determinado nível cultural é indispensável (mesmo considerando que ninguém possa dizer em que, exatamente, este nível cultural consiste, já que é diferente em qualquer um dos Estados europeus ocidentais), **porque nós não deveríamos começar a conquistar este nível através de uma via revolucionária e avançar e alcançar os outros povos na base do poder dos operários e dos camponeses e da ordem soviética?”**

De qualquer maneira, ao incentivar o crescimento da oferta de bens alimentícios e industriais, a Nova Política Econômica aliviava a situação econômica da União Soviética. Entretanto, considerando que a produção da indústria se recuperava mais lentamente do que a da agricultura, a discrepância entre os preços dos bens industrializados e dos do setor agrícola continuava ameaçando a troca de produtos entre campo e cidade. Em 1923, diante da escassez de produtos industriais, os agricultores que dispunham de melhores condições produtivas, os *kulaks*, reduziram a venda do seu produto comercializável. E no final de 1927, os camponeses venderam ao Estado apenas a metade dos cereais que tinham ofertado no ano anterior, colocando em xeque a alimentação dos habitantes das zonas urbanas e dos soldados do exército vermelho.

O que fazer numa situação desta natureza?

Manter a aliança com este setor social que tinha garantido o triunfo da revolução em 1917, a vitória na guerra civil em 1920 e, depois de ter sido repactuada pela NEP em 1921, se tornado de fundamental importância para os primeiros passos da recuperação econômica do país?

Ou,

“quebrar a dependência do país em face do *mujiqe*?” (Lewin 1986, p. 238)?

No meio dos próprios bolcheviques, Nikolai Bukharin (1888 – 1938), considerado por Lenin em seu famoso “testamento” como um teórico de destaque entre os mais jovens dirigentes do partido, defendia a manutenção da NPE com uma linha de argumentação que encarava a União Soviética como um “grande laboratório” que, em virtude do seu próprio atraso econômico, deveria criar uma ponte entre o proletariado das “metrópoles mundiais” e os camponeses das “zonas rurais do mundo” (Teló 1986). Em princípio, tratava-se de uma proposta altamente coerente que além de beneficiar o *mujiqe* russo poderia gerar, concomitantemente, insumos inovadores para as massas marginalizadas das áreas rurais de todas as regiões periféricas que, de qualquer maneira, representavam a esmagadora maioria da população mundial, tendo sido sempre tratadas, no âmbito das oficinas do marxismo

Europeu, como uma *quantité* negligenciável. Mas, para exercer um possível papel de vanguardista na experimentação de caminhos de desenvolvimento que pudessem interligar a agricultura com o setor industrial em bases inovadoras e sustentáveis, a União Soviética precisava contar com dois recursos altamente preciosos que mais lhe faziam falta: **tempo e segurança**. Sitiada literalmente pelas potências imperialistas, não podia descartar a hipótese de uma intervenção externa que jogasse as últimas palavras da tecnologia militar contra ela. Na realidade, esta intervenção se apresentava como um perigo permanente, contra o qual havia apenas um remédio: a acelerada construção de um parque industrial dentro das fronteiras nacionais, capaz de fabricar as armas com as quais se pudesse enfrentar o inimigo em condições iguais! A assim chamada Segunda Revolução, deslançada no final dos anos 20 pelos stalinistas, traduz com nitidez esta problemática.

Sem dúvida alguma, deu início a um rumo político altamente desastroso:

- **para a própria União Soviética**, porque transformou os camponeses em simples objetos do processo histórico, baixou a produtividade da agricultura no país de forma inédita e consolidou as tradições do autoritarismo do regime *tsarista* na vida política;

- **para a esquerda no mundo inteiro**, porque acabou identificando a ideia do socialismo com as práticas terroristas do stalinismo e, *last but not least*,

- **para os países (semi) periféricos**, porque colocou o trem da via não-capitalista ao desenvolvimento em trilhas eminentemente industriais.

Mas não pode ser classificada simplesmente como uma política antirracional, determinada pelo cérebro sinistro e caprichoso do “novo Gengis Kahn”, como Bukharin tinha chamado Stalin, seu antigo aliado no âmbito das lutas internas pelo poder no Partido Comunista e no Estado Soviético depois da morte de Lenin. Pelo contrário! Se enquadrava nos constrangimentos de uma industrialização retardatária, cuja lógica reprodutiva se afirmava ideologicamente pelo projeto da construção do “socialismo num só país”.

Nesse processo, o Estado, representado pelo Partido Comunista, pelo Exército e pela Burocracia, era, sem dúvida, “o único produto do século XX” (Lewin, *ibid.* 221) que dispunha em sua cúpula de quadros capazes de definir novos rumos para o desenvolvimento do país. Porém, no que dizia respeito à implementação destes mesmos rumos, era mais refém do que senhor da situação: em consequência de sua decisão de realizar a coletivização das propriedades camponesas e a aceleração da industrialização, concomitantemente, enfrentava graves tensões, conflitos e confrontos no seio da própria sociedade soviética que, depois do abandono da NEP, procurava neutralizar através de políticas extremamente repressivas. Estas, por sua vez, encobertas pelo culto ao grande líder Stalin (1878 – 1953, fizeram nascer um “Estado Prisão” (Victor Serge) que generalizou as práticas despóticas em todo o processo desenvolvimentista.

Mas é importante notar que, atrás das intensas discussões que os bolcheviques travavam no decorrer dos anos 20 sobre o caminho da industrialização do país, se escondia uma enorme vontade de evitar o altíssimo custo social que a implementação da primeira experiência não capitalista ao desenvolvimento industrial produziria fatalmente.

No entanto, uma vez iniciada com vigor e de maneira sistemática pelo grupo stalinista - aliás, através de “uma máquina de violência que teria deixado Pedro o Grande pálido e com inveja” (Bahro 1977, p. 118, tradução T.M.), e que controlava, com mão de ferro, os efeitos nocivos dos crescentes desequilíbrios entre campo e cidade, agricultura e indústria leve e indústria pesada - esse modelo industrializante proporcionou resultados surpreendentes. Permitiu aos soviéticos montar, em tempo recorde, uma sólida base econômica a partir da qual conseguiram rechaçar o ataque das forças armadas da Alemanha nazista e sair da Segunda Guerra mundial como superpotência no cenário internacional.

Contudo, conduzida por um regime político que colocou “o primado da sociedade sobre o indivíduo e a subordinação de ambos ao Estado” (Gorz 1982, p. 97, tradução T.M.), a União Soviética preparou as bases do seu próprio desmoronamento

que, em dezembro de 1991, culminou na dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSSR).

V

Após o fim definitivo do duopólio de poder entre os EUA e a União Soviética, simbolizado pela Queda do Muro de Berlim, o sistema político-econômico global passou por uma fase de rearranjo, caracterizada pela convivência cada vez mais conflitiva entre a Tríade EUA - União Europeia – Japão, e um pequeno grupo de *Newly Industrialized Country* (NICS), dos quais se destaca a República Popular da China (RPC).

A China, com uma civilização milenar, se tornou um dos pesos pesados do mercado mundial, num período de 40 anos, uma vez que:

- contribuiu, após a *Queda do Muro de Wallstreet* (Joseph Stiglitz) para o crescimento do PIB global mais do que os Estados Unidos ou a União Europeia;

- registrou o crescimento de uma classe média de aproximadamente 300 milhões de pessoas com um patrimônio médio líquido de US\$ 139.000 representando um poder de compra consideravelmente maior do que o dos mesmos extratos sociais dos EUA ou do Japão;

- investiu em larga escala na melhoria de sua infraestrutura, tendo ampliado por 30.000 quilômetros a sua rede ferroviária com trens de alta velocidade.

Além disso, movida pela necessidade de diminuir sua dependência às usinas de carvão, a fonte mais poluente de energia, a RPC mobilizou, em 2017, US\$133 bilhões para seus parques de energias renováveis, instalando novas usinas solares com capacidade de 53 Gigawatt, o que tornou o país no vanguardista internacional no campo das energias limpas e,

- determinou, no início de 2017 que, a partir de 2019, 10% dos novos carros licenciados terão que ser elétricos, uma quota que, em Pequim, deve alcançar já em 2020 a casa dos 60% e, ainda,

- destaca-se como campeão mundial em comércio eletrônico e pagamentos móveis².

Contudo, por mais que as façanhas do gigante asiático demonstrem com nitidez que o capital, em sua qualidade de “valor em progresso” (Marx), pouco se importa com a cor dos olhos daqueles atores que sabem se relacionar de maneira eficaz com as suas leis intrínsecas, não pode haver dúvida de que a vertiginosa ascensão do *Reino do Meio* encontra fatalmente o outro lado de sua moeda na acelerada destruição dos ecossistemas locais, regionais e globais que, nos dias de hoje, revela a sua dimensão mais dramática no âmbito da questão climática. Se os treze bilhões de gás carbônico que - de acordo com os especialistas - os oceanos e a biomassa terrestre podem absorver anualmente forem reconhecidos e respeitados como um limite natural intransponível e se, ainda, todos os 7.4 bilhões de habitantes desta assim chamada vila global tivessem o mesmo direito à poluição destes sumidouros, neste caso ninguém poderia emitir mais do que 0.56 toneladas. Só que, atualmente, emergentes como a China ou a Índia já ocupam o seu lugar de destaque entre os TOP TEN dos maiores poluidores da atmosfera. E suponhamos que os 2,5 bilhões chineses e indianos emitissem per capita a mesma quantidade de CO₂ como um cidadão médio norte-americano, neste caso somente as suas emissões de dióxido de carbono chegariam a ultrapassar o volume de CO₂ que, em 2013, o conjunto dos países do planeta depositou na atmosfera. No entanto, por mais que um cenário deste tipo seja um perigo para a humanidade inteira, os seus efeitos mais nefastos afetarão, sem sombra de dúvida, a população de baixa renda daqueles países do Sul que se destacam pela sua alta vulnerabilidade aos efeitos de mudança climática como inundações, secas, tempestades e a elevação do nível do mar³, justificando a hipótese de que especialmente os países de renda baixa e média do hemisfério Sul estão se aproximando, com *botas de sete léguas*, à uma encruzilhada altamente perigosa.

² No que diz respeito ao debate sobre os fatores que possibilitaram o grande salto da República Popular da China nas quatro décadas passadas ver Anderson (2018).

³ A título de exemplo, basta mencionar a passagem do Tufão Haiyan em novembro de 2013 pelas Filipinas que, poucos dias antes da realização da *United Nations Climate Change Conference* na cidade de Varsóvia, deixou seu rastro de devastação num país insular com um PIB per capita de aproximadamente US\$ 3000.

"A Ásia e uma grande parte de países emergentes - escreve Chandran Nair (2015, tradução T.M) do *Global Institute for Tomorrow* (GIFT), sediado em Hongkong - correm atualmente na direção de um precipício. (...) Fala-se para eles que sejam o futuro do mercado mundial e das tradições da economia ocidental. Porém, as elites asiáticas, em vez de popularizar em seus respectivos contextos nacionais os estilos de vida e consumo do hemisfério Norte, deveriam criar e viabilizar um modelo alternativo de desenvolvimento que leve em conta a disponibilidade limitada dos recursos naturais."

Porém, na medida em que, não obstante a acelerada destruição das bases naturais da sobrevivência humana, a grande maioria dos *stakeholders* do mercado mundial continua investindo as suas energias em estratégias de efetivação de sua competitividade sistêmica, tentando garantir o seu lugar numa roda de *hamster*, onde sempre haverá espaço somente para poucos, cabe perguntar:

De onde será que virão as alternativas ao vigente sistema de dominação global que, no dizer de Samir Amin (1993, p. 444, tradução T.M) “encontra sua verdadeira barreira histórica no mundo polarizado que ele mesmo cria”?

- Dos polos tradicionais do capitalismo mundial como a União Europeia, os EUA e o Japão, onde cinco décadas de políticas neoliberais têm potencializado a marginalização social e cultural de crescentes segmentos da população?!

- De NICS, como a República Popular da China, que ao combinar “o máximo de competição – a utilização do mercado como instrumento de desenvolvimento – e o máximo de controle” (Belluzo 2018, p. 17), tirou milhões de pessoas da pobreza?! Ou,

- Dos países de um Sul Global, onde as vigentes condições socioeconômicas e ambientais jogam a maior parte da população literalmente na antessala do inferno?!

Infelizmente, não dispomos de nenhuma bola de cristal que possa nos dar uma luz mais segura em relação a tal indagação.

Contudo, é preciso destacar que em todos os cantos desta sociedade planetária os *basic rights of humanity*, tais como direitos de liberdade de expressão, de organização política, de segurança social e de acesso a um meio ambiental

minimamente saudável, precisam ser entendidos, no início deste século XXI, como um desafio que, do ponto de vista de sua realização, revela dimensões verdadeiramente revolucionárias.

Referências

- AMIN, S. **Die Aussenansicht der europaeischen Linken.** In: Prokla 92. Zeitschrift fuer kritische Sozialwissenschaft, 23. Jg. Berlin: Bertz Fischer, September 1993.
- ANDERSON, P. **Duas revoluções.** Rússia e China. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BAHRO, R. **Die Alternative.** Zur Kritik des real existierenden Sozialismus. Frankfurt am Main: Europafische Verlagsanstalt, 1977.
- BELLUZO, L. G. **Prefácio.** In: ANDERSON, P. Duas revoluções Rússia e China. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BLACKBURN, R. **Porque segunda escravidão?** In: MARQUESE, R; SALLES, R. (org.): Escravidão e capitalismo histórico no século XIX. Cuba Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- DEUTSCHER, I. **Trotsky.** O profeta armado 1879-1921. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- Entrevista com o subcomandante Marcos i Ya Basta! In: Atenção n. 8 1996
- GALEANO, E. **Os pecados do Haiti.** In: Le Monde Diplomatique, março 2010, Ano 3, Número 32.
- GORZ, A. **ADEUS AO PROLETARIADO.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros.** Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- LENIN, W. I. **Bericht der Kommission fuer die nationale und koloniale Frage.** In: AUSGEWAEHLTE W. Band III. Berlin: Dietz Verlag, 1970.
- LENIN, W. I. **Ueber unsere Revolution.** In: AUSGEWAEHLTE W. Band III. Berlin: Dietz Verlag, 1970.
- LENIN, W. I. **Urspruenglicher Entwurf der Thesen zur nationalen und zur kolonialen Frage.** In: AUSGEWAEHLTE W. Band III. Berlin: Dietz Verlag, 1970.
- LEWIN, M. **Para uma conceituação do stalinismo.** In: HOBBSBAWM, E. J. (org.): História Do Marxismo. Volume 7. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- MITSCHEIN, T. A. **Os povos colonizados, a via não capitalista ao desenvolvimento industrial e o legado de Frantz Fanon para o hemisfério Sul.** Belém: Publicações Trópico em Movimento, IENCI/UFPA, 2015.
- MITSCHEIN, T. A. **Sobre a síndrome colonizadora de uma civilização ocidental que não conhece barreira alguma, nem na escravização da criatura nem na complacência em face dos senhores do mundo, (Adorno, Horkheimer)** Belém: Publicações Trópico em Movimento, IENCI/UFPA, 2019.

MOYA PONS, H. et. al. **História del Caribe**. Barcelona: Crítica, 2001.

NAIR, C. **Verheerendes Wachstum**. Asien braucht ein ganz anderes Wirtschaftsmodell. In: Le Monde Diplomatique, Archivtext vom 9. 1. 2015.

PAZ, O. **Auf der Suche nach sich selbst**. In: Das Labyrinth der Einsamkeit. Suhrkamp Verlag, Baden-Baden 1970.

TELÔ, M. **Bukharin**: economia e política na construção do socialismo. In: HOBBSAWM, E. J. (org.). História Do Marxismo. Volume 7. São Paulo: PAZ E TERRA, 1986.

TOMICH, D. **A escravidão no capitalismo histórico**. In: MARQUESE, R; Salles, R.(org.). Escravidão e Capitalismo Histórico no século XIX. Cuba Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.